

# Economia

## 100 mil

EMPRESAS. A Junta Comercial do Espírito Santo poderá cancelar o registro de 100 mil empresas que, por 10 anos consecutivos, não arquivaram nenhum ato societário.

**Perdas.** Projeto segue para o Senado e dependerá do veto (ou sanção) do presidente Lula

# Câmara tira R\$ 440 milhões da verba do petróleo do Estado

O Espírito Santo e os municípios produtores perderão mais de 50% do que recebem anualmente

DENISE ZANDONADI  
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem a chamada emenda Ibsen, de autoria do deputado gaúcho Ibsen Pinheiro (PMDB), que altera a divisão dos royalties e participações especiais. O Espírito Santo perderá mais de 60% do que recebe anualmente e os municípios capixabas produtores de petróleo perderão 50% dos repasses anuais.

Em números, estes percentuais significam que o caixa do Estado deixará de receber, caso a emenda passe também no Senado e não receba o veto do presidente Lula, R\$ 212 milhões por ano. Para os municípios produtores, as perdas serão superiores a R\$ 230 milhões por ano. Estes números foram divulgados depois de es-



AGÊNCIA CÂMARA

## Capixabas e cariocas querem processar Temer

■ A decisão do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB), de colocar em votação ontem mesmo a emenda Ibsen renderá ao parlamentar uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que será ajuizada hoje pelo deputado Eduardo Paes (PMDB-RJ) em nome das bancadas do Rio e do Espírito Santo. O texto da ação foi definido ontem à noite depois que Temer admitiu que estava colocando a emenda Ibsen em votação mesmo sabendo que ela foi apresentada sem as assinaturas necessárias. A irregularidade foi admitida pelo presidente da Câmara pouco antes de iniciar a votação da emenda, no início da noite.

**VOTAÇÃO.** Emenda foi aprovada por 369 votos a favor, 72 contra e duas abstenções. Os dez parlamentares capixabas votaram contra

AJ10.807

## Entenda o marco regulatório do pré-sal

Emenda surreal

EE



tudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com base nos dados dos repasses feitos em 2008.

Os valores foram apurados quando a produção de petróleo no Estado era pouco superior a 100 mil barris por dia. A entrada em operação de novos campos deverá dobrar a produção ao longo de 2010. A previsão da Petrobras é chegar ao final deste ano produzindo 300 mil barris diariamente. Os royalties que o Espírito Santo perderá também serão o dobro do que foi calculado pelos técnicos da CNM.

#### IGUAL

A polêmica emenda de Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG) redistribui os recursos que não são destinados diretamente à União entre todos os Estados e municípios, de acordo com critérios dos fundos de participação (FPE e FPM). A emenda foi aprovada por 369 votos a favor, 72 contra e duas abstenções. Os dez parlamentares capixabas votaram contra a emenda.

A disputa sobre royalties atrasou por meses a votação do projeto. Em dezembro de 2009, o texto principal foi aprovado, mas o governo temeu a derrota e evitou a votação da chamada emenda Ibsen. A União apostava suas fichas em um acordo fechado em dezembro com líderes na Câmara e governadores.

Nas áreas já concedidas, o acordo reservava 26,5% dos royalties para os Estados produtores, 18% para os municípios produtores, 5% para os municípios afetados por operações de embarque e desembarque, 20% para a União, 22% para os Estados que não produzem e 8,75% para os municípios não produtores.

O acordo abrangia também as novas áreas do pré-sal. Nestas áreas, a União ficaria com 22%, os Estados produtores com 25%, os municípios produtores com 6%, os municípios afetados por embarque e desembarque com 3% e os Estados e municípios não produtores com 44%.

Cerca de mil prefeitos estiveram ontem em Brasília para acompanhar a votação na Câmara. Agora, o projeto segue para o Senado e depois para apreciação do presidente Lula. Se depender de Lula, a emenda não prevalecerá. Ele pretende vetá-la e, posteriormente, apresentar um projeto de lei específico sobre a divisão dos royalties.

## O que dizem os quatro projetos

■ **Tempo. O marco regulatório do pré-sal, composto por quatro projetos de lei, chegou na Câmara dos Deputados em maio do ano passado. Apesar da solicitação do regime de urgência na sua tramitação, a demora foi maior do que o esperado e somente ontem terminou a primeira etapa na Câmara, com a votação da última emenda referente ao projeto de partilha.**

■ **Tempo. O novo marco regulatório valerá para a área do pré-sal, que é uma nova província de petróleo localizada no mar entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo. São 149 mil km<sup>2</sup>, dos quais 107,2 mil km<sup>2</sup> (72%) representam áreas sem concessão.**

■ **Tempo. A Câmara votou o projeto que cria o novo sistema de partilha da produção de petróleo, que passará a pertencer à União. Outro projeto é o que cria a Petrosal, empresa estatal que irá gerenciar os blocos da camada do pré-sal. O terceiro projeto trata da capitalização da Petrobras, onde a União passa para a estatal 5 bilhões de barris de petróleo. O último projeto do novo marco regulatório é o que prevê a criação de um fundo social com recursos do petróleo.**

## Quebradeira geral

### Perdas e ganhos

Veja como fica a nova distribuição do dinheiro do petróleo se for aprovada a emenda 387/09 ao projeto de partilha dos dividendos dos royalties da camada de pré-sal. De autoria dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG) a proposta foi votada na Câmara e agora vai para o Senado

### Entenda a tabela

**Total atual** - Os valores usados no estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) são referentes a 2008 e levam em consideração o que foi pago ao Estado e aos municípios a título de royalties, participação especial e o Fundo Especial do Petróleo (FPE), repassado pelo governo a todos os municípios

### Total novo

Quanto seria repassado a essas cidades no caso da aprovação da emenda. O cálculo estimado foi feito levando em conta o que foi pago em 2008

O Espírito Santo deixaria de receber  
**R\$ 337,8 milhões**  
para receber  
**R\$ 125,6 milhões**

Perderia, portanto,  
**R\$ 212,1 milhões**  
no ano

### MUNICÍPIOS QUE PERDEM

Municípios	Total Atual	Total Novo	Perda
Águia Branca	688.079	558.003	130.076
Alto Rio Novo	651.306	558.003	93.303
Anchieta	4.472.305	1.116.006	3.356.299
Apiacá	646.948	558.003	88.945
Aracruz	34.377.635	2.418.013	31.959.622
Atilio Vivacqua	686.990	558.003	128.987
Boa Esperança	764.474	744.004	20.470
Bom Jesus do Norte	646.675	558.003	88.672
Brejetuba	784.949	744.004	40.945
Conceição do Castelo	797.207	744.004	53.203
Divino de São Lourenço	645.586	558.003	87.583
Dores do Rio Preto	651.578	558.003	93.575
Fundão	8.448.468	930.005	7.518.463
Governador Lindenberg	726.487	558.003	168.484
Ibitirama	662.474	558.003	104.471
Itapemirim	19.092.071	1.488.008	17.604.062
Linhares	57.253.554	8.233.159	49.020.396
Marataízes	3.067.830	1.488.008	1.579.822
Marechal Floriano	801.792	744.004	57.788
Mucurici	675.004	558.003	117.001
Ponto Belo	661.657	558.003	103.654
Presidente Kennedy	73.395.744	744.004	72.651.739
Santa Leopoldina	791.714	744.004	47.710
São Domingos do Norte	694.617	558.003	136.614
São Mateus	20.502.007	6.035.209	14.466.798
Serra	22.546.604	4.881.558	17.665.045
Vila Pavão	691.075	558.003	133.072
Vila Velha	8.092.841	4.881.558	3.211.283
Vitória	14.612.172	8.235.911	6.376.261

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Fonte: www.cnm.org.br



**Vamos buscar os caminhos jurídicos para questionar a votação de uma emenda totalmente irregular"**

**LELO COIMBRA**  
DEPUTADO FEDERAL - PMDB

**Nem Salvador Dali conseguiria fazer algo tão surrealista como a emenda do deputado Ibsen Pinheiro"**

**SÉRGIO CABRAL**  
GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO

**É essa simplicidade da emenda que dá sua força"**

**IBSEN PINHEIRO**  
DEPUTADO FEDERAL (PMDB-RS)

**Não tomem isso como uma ameaça, mas uma informação. O presidente Lula não terá condições de sancionar essa medida, isso é terreno na lua, um engodo"**

**CÂNDIDO VACCAREZZA**  
DEPUTADO FEDERAL (PT-SP)

**Essa aprovação é a crônica de uma tragédia anunciada"**

**OTÁVIO LEITE**  
DEPUTADO FEDERAL (PSDB-RJ)



## Márcio Guzzo. Caminhoneiro e COOPERADO.

www.ocbes.coop.br

Unidos em cooperativa, Márcio e outros caminhoneiros encontraram uma oportunidade de organizar e potencializar seu trabalho, com demanda constante, acesso a novos mercados, redução de custos com compra conjunta, além de melhor remuneração pelo trabalho como cooperado.

Esse ramo do cooperativismo avança a cada ano, sendo responsável pela base do escoamento de produtos tradicionais da economia capixaba.

Procure o Sistema OCB-SESCOOP/ES e saiba mais sobre o cooperativismo e os serviços prestados às cooperativas capixabas.

